

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Julho/2018



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de Técnico Judiciário – Área Administrativa Especialidade Segurança

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'TJ03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Cada um busca forças quando se defronta com obstáculos.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: Considere o poema abaixo de Manuel Bandeira para responder às questões de números 1 a 3.

Poema tirado de uma notícia de jornal

João Gostoso era carregador de feira livre e morava no morro da Babilônia num barracão sem número.

Uma noite ele chegou no bar Vinte de Novembro

Bebeu

Cantou

Dançou

Depois se atirou na lagoa Rodrigo de Freitas e morreu afogado.

(Libertinagem)

1. Uma frase coerente com a mensagem do poema a respeito de João Gostoso e escrita com correção é:
 - (A) Sabia como viver e se divertir, mas as vezes exagerava na bebida. Num certo dia, ao sair de uma balada, veio a sua mente a ideia de cometer suicídio e, então, ele se jogou numa lagoa.
 - (B) Era um homem muito bonito, importante e feliz, apesar de ter uma vida muito difícil como carregador. Um dia teve depreção e decidiu se matar.
 - (C) Era um trabalhador pobre que morava num morro e que, um dia, após um período de diversão, morreu afogado.
 - (D) Sempre foi um simples operário braçal, muito magro, morador de morro; porém, um dia, após ter bebido e se divertido muito, decidiu matar-se.
 - (E) Raramente bebia, mas numa noite ele de fato bebeu muito e, como resultado da embriagues, jogou-se numa lagoa e morreu afogado.

2. Se o texto do poema fosse reescrito nos moldes da prosa e da norma-padrão da língua, estaria corretamente composto em um único parágrafo em:
 - (A) *João Gostoso era carregador de feira livre e morava no morro da Babilônia num barracão sem número. Uma noite, ele chegou ao bar Vinte de Novembro, bebeu, cantou, dançou; depois se atirou na lagoa Rodrigo de Freitas e morreu afogado.*
 - (B) *João Gostoso era carregador de feira livre e morava no morro da Babilônia num barracão sem número. Uma noite, ele chegou ao bar, Vinte de Novembro, bebeu, cantou, dançou; depois se atirou, na lagoa Rodrigo de Freitas e morreu afogado.*
 - (C) *João Gostoso era carregador de feira livre e morava no morro da Babilônia, num barracão sem número. Uma noite, ele chegou, ao bar Vinte de Novembro, bebeu, cantou, dançou; depois se atirou na lagoa Rodrigo de Freitas e morreu afogado.*
 - (D) *João Gostoso era carregador, de feira livre e morava no morro da Babilônia num barracão sem número. Uma noite ele chegou ao bar Vinte de Novembro, bebeu, cantou, dançou; depois se atirou na lagoa Rodrigo de Freitas e morreu afogado.*
 - (E) *João Gostoso era carregador de feira livre e morava, no morro da Babilônia, num barracão sem número. Uma noite ele chegou ao bar Vinte de Novembro, bebeu, cantou, dançou, depois se atirou na lagoa Rodrigo de Freitas e morreu afogado.*

3. *Depois se atirou na lagoa Rodrigo de Freitas e morreu afogado.*

Ao trocar a pessoa do discurso do poema pela segunda pessoa do plural, as formas pronominal e verbais do último verso devem ser substituídas, respectivamente, por:

- (A) vos atirasteis; morresteis.
- (B) te atirastes; morrestes.
- (C) se atiraste; morreste.
- (D) vos atirastes; morrestes.
- (E) te atiraste; morreste.



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 4 a 6.

Comer um ovo por dia pode ajudar a evitar problemas cardíacos comuns, de acordo com um novo estudo científico publicado no jornal Heart.

A análise foi realizada por pesquisadores dos Estados Unidos e da China, que avaliaram a existência de uma relação entre o consumo de ovos e o menor risco de desenvolvimento de problemas coronários, problemas cardiovasculares, doença arterial coronariana, acidentes vasculares cerebrais isquêmicos ou hemorrágicos.

Coletados entre os anos de 2004 e 2008 (com participantes acompanhados por 8 ou 9 anos depois disso), os dados usados eram de mais de 500 mil pessoas que residem em diferentes regiões da China e têm idades entre 30 e 79 anos. Dessa base, 13,1% dos participantes disseram consumir cerca de um ovo por dia (0,76), enquanto 9,1% afirmaram nunca ou quase nunca comer o alimento (0,29 ovo por dia).

A conclusão dos pesquisadores foi de que o consumo moderado de ovos, um por dia, em média, apresentou um nível significativamente mais baixo de desenvolvimento de doenças cardiovasculares, sem que a ingestão do alimento apresentasse efeitos que coloquem a saúde em risco.

No estudo, o alimento reduziu em 26% o risco de hemorragia cerebral e em 28% o risco de morte por essa condição. Já o risco de morte por doença cardiovascular foi diminuído em 18% devido ao consumo do ovo. No caso de pessoas que comem, em média, 5 ovos por semana, o risco de doença cardíaca isquêmica foi reduzido em 12%, em relação às pessoas que afirmaram consumir ovos raramente.

(Texto adaptado. Disponível em: exame.abril.com.br)

4. Uma frase em conformidade com as informações do texto e escrita de acordo com a norma-padrão é:

- (A) Comer um ovo por dia pode fazer uma pessoa evitar por ter problemas cardíacos comuns.
- (B) Comendo-se um ovo por dia, pode-se evitar o surgimento de doenças cardíacas ordinárias.
- (C) Come-se dois ovos por dia e a pessoa fica sem problemas cardíacos quaisquer.
- (D) Se você comer dois ovos por dia, você evitará conter qualquer doença cardíaca.
- (E) Se você comer dois ovos por dia, você poderá ter doenças cardíacas graves.

5. *A análise foi realizada por pesquisadores dos Estados Unidos e da China...* (2º parágrafo)

A frase indicada acima fica com a forma verbal correta na **voz ativa** correspondente em:

- (A) Pesquisadores dos Estados Unidos e da China realizam a análise.
- (B) Foi pesquisadores dos Estados Unidos e da China que realizaram a análise.
- (C) É que pesquisadores dos Estados Unidos e da China realizaram a análise.
- (D) Realizou-se a análise pesquisadores dos Estados Unidos e da China.
- (E) Pesquisadores dos Estados Unidos e da China realizaram a análise.

6. A relação de sentido que cada trecho abaixo estabelece no seu período do texto está corretamente indicada em:

- (A) *Coletados entre os anos de 2004 e 2008 (com participantes acompanhados por 8 ou 9 anos depois disso),...* (3º parágrafo) // Comparação.
- (B) *em relação às pessoas que afirmaram consumir ovos raramente.* (último parágrafo) // Conformidade.
- (C) *sem que a ingestão do alimento apresentasse efeitos ...* (4º parágrafo) // Consequência.
- (D) *que avaliaram a existência de uma relação entre o consumo de ovos e o menor risco de desenvolvimento de problemas coronários,...* (2º parágrafo) // Causa.
- (E) *que residem em diferentes regiões da China e têm idades entre 30 e 79 anos.* (3º parágrafo) // Adjetivação.

7. A frase redigida com clareza e correção é:

- (A) Alguns medicamentos gordurosos podem causar doenças grave ao coração, diz-se dos pesquisadores da área.
- (B) Todos os alimentos gordurosos, isto é, com alto índice de colesterol, tem a tendência por prejudicar o coração, causando-lhes doenças graves e até mesmo mortais.
- (C) Um e outro turista brasileiros comem muitos ovos diariamente quando ficam nos Estados Unidos.
- (D) Àqueles que comem muitos ovos por dia, doenças graves acometem-lhes o coração.
- (E) Já na China, são poucos os chineses desse país que come muitos ovos por dia, tendo doenças vasculares.



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 8 a 10.

As Três Peneiras

Um rapaz procurou Sócrates e disse-lhe **que** precisava contar-lhe algo sobre alguém.

Sócrates ergueu os olhos do livro **que** estava lendo e perguntou:

– O **que** você vai me contar já passou pelas três peneiras?

– Três peneiras? – indagou o rapaz.

– Sim! A primeira peneira é a VERDADE. O **que** você quer me contar dos outros é um fato? Caso tenha ouvido falar, a coisa deve morrer aqui mesmo. Suponhamos **que** seja verdade. Deve, então, passar pela segunda peneira: a BONDADE. O que você vai contar é uma coisa boa? Ajuda a construir ou destruir o caminho, a fama do próximo? Se o que você quer contar é verdade e é coisa boa, deverá passar ainda pela terceira peneira: a NECESSIDADE. Convém contar? Resolve alguma coisa? Ajuda a comunidade? Pode melhorar o planeta?

Arremata Sócrates:

– Se passou pelas três peneiras, conte! Tanto eu, como você e seu irmão iremos nos beneficiar. Caso contrário, esqueça e enterre tudo. Será uma fofoca a menos para envenenar o ambiente e fomentar a discórdia entre irmãos, colegas do planeta.

(Disponível em: www.pensador.com/texto_filosofico)

8. Uma mensagem veiculada pelo texto está em:
- (A) Antes de contarmos algo sobre alguém, devemos avaliar se esse algo é verdadeiro, fará o bem e será necessário ao próximo.
 - (B) Aquilo que queremos contar sobre alguém passa inevitavelmente por três fases alternativas: verdade, bondade e necessidade.
 - (C) Fofocas podem ser evitadas, caso você deixe de confiar plenamente nas pessoas com quem convive.
 - (D) Aquele que fala muito não respeita a verdade, não é bom nem tem ideia de necessidade.
 - (E) Respeitando-se os três princípios da fofoca – verdade, bondade e necessidade – sempre contaremos uma agradável história.
-
9. Sócrates perguntou: – O que você vai me contar já passou pelas três peneiras? Essa frase fica corretamente transposta para o discurso indireto em: Sócrates
- (A) perguntou ao rapaz se o que ele lhe iria contar já havia passado pelas três peneiras.
 - (B) pergunta-lhe se o que o rapaz iria lhe contar já passaria pelas três peneiras.
 - (C) perguntou ao rapaz se o que ele lhe contaria já passaria pelas três peneiras.
 - (D) perguntara ao rapaz se o que ele iria lhe contar já passou pelas três peneiras.
 - (E) pergunta ao rapaz: o que você vai me contar já passou pelas três peneiras.
-
10. Nas cinco ocorrências de “que”, em destaque no texto, verificam-se, respectivamente, as seguintes funções:
- (A) pronome relativo, pronome interrogativo, pronome interrogativo, pronome interrogativo, pronome relativo.
 - (B) conjunção integrante, pronome relativo, pronome interrogativo, pronome interrogativo, pronome relativo.
 - (C) conjunção integrante, pronome relativo, conjunção integrante, conjunção integrante, pronome relativo.
 - (D) conjunção integrante, pronome relativo, pronome interrogativo, pronome interrogativo, conjunção integrante.
 - (E) pronome relativo, conjunção integrante, conjunção integrante, pronome interrogativo, conjunção integrante.

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

11. O salário de Arthur equivale a $\frac{3}{7}$ do salário de Bárbara. Para que o salário de ambos fosse igual, o salário de Arthur teria que aumentar em 130% e, depois disso, ainda ser acrescido de R\$ 60,00. Nas condições descritas, a soma dos atuais salários de Arthur e Bárbara, em reais, é igual a
- (A) 6.000,00
 - (B) 5.400,00
 - (C) 6.200,00
 - (D) 6.400,00
 - (E) 5.900,00



12. Do total de funcionários(as) de um tribunal, 20% têm menos de 40 anos de idade, e 70% são homens. Sabe-se ainda que 20% das mulheres que trabalham nesse tribunal têm menos de 40 anos de idade. A porcentagem do total de funcionários(as) desse tribunal que são homens e com 40 anos ou mais de idade é igual a
- (A) 52%
 - (B) 48%
 - (C) 56%
 - (D) 54%
 - (E) 45%
-
13. Quinze fiscais iam vistoriar todos os estabelecimentos comerciais da zona sul da cidade em 25 dias, trabalhando 8 horas por dia cada um e todos com mesma produtividade. Depois de 5 dias completos desse serviço, a superintendência regional solicitou, em regime de urgência e com pagamento de hora extra, que os 15 funcionários passassem a trabalhar 10 horas por dia para finalizar a vistoria em menos dias do que os 25. Considerando que a solicitação foi atendida e que os funcionários continuaram o trabalho com mesma produtividade, a vistoria completa dos estabelecimentos comerciais da zona sul ocorreu em um total de
- (A) 20 dias.
 - (B) 17 dias.
 - (C) 19 dias.
 - (D) 21 dias.
 - (E) 18 dias.
-

Noções de Informática

14. Considere hipoteticamente que um Técnico acessou em seu navegador o *site* de busca Google (www.google.com.br). Na página que se abriu, digitou na linha de pesquisa `related:http://www.trtsp.jus.br intext:pje`. O objetivo do Técnico era
- (A) refinar a pesquisa para arquivos do tipo `.pje` no *site* <http://www.trtsp.jus.br>
 - (B) encontrar artigos que têm um título que se inicia com `pje` e contenham mais palavras de que ele não se recorda, dentro do *site* <http://www.trtsp.jus.br>
 - (C) excluir a palavra `pje` dos resultados de busca dentro de todos os *sites* relacionados ao <http://www.trtsp.jus.br>
 - (D) encontrar todos os *sites* relacionados ao *site* <http://www.trtsp.jus.br>. Caso contenham a palavra `pje`, esta será destacada.
 - (E) restringir os resultados de busca no Google às páginas ligadas ao *site* <http://www.trtsp.jus.br> que necessariamente contenham a palavra `pje`.
-
15. Ao pesquisar sobre *cloud storage*, um Técnico verificou que há diferentes tipos de armazenamento em nuvem, dependendo de como o *storage* é feito, dentre os quais estão:
- I. Voltada para pessoas físicas, esta nuvem é composta por *sites* que disponibilizam um pequeno espaço de armazenamento gratuitamente e oferecem planos para expandir a capacidade. Ideal para quem quer testar o serviço de *cloud storage* ou possui um pequeno volume de dados e não necessita de um alto nível de segurança e desempenho.
 - II. Dividida entre clientes com negócios em comum, que rateiam os custos de utilização e manutenção, esta nuvem pode ser hospedada e gerenciada dentro das empresas ou, então, terceirizada.
 - III. Esta nuvem é projetada para uso exclusivo de uma única empresa, nas dependências da qual todo o *hardware* (*storages* e servidores) fica alocado. A empresa possui controle total da implementação das aplicações na nuvem.
- Os tipos de I, II e III são, correta e respectivamente,
- (A) FaaS, SaaS e IaaS.
 - (B) nuvem pública, comunitária e privada.
 - (C) IaaS, CaaS e SaaS.
 - (D) nuvem gratuita, híbrida e corporativa.
 - (E) IaaS, EaaS e PaaS.
-

**Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência**

16. A Constituição Federal brasileira garante à pessoa com deficiência
- (A) um salário mínimo de benefício mensal, desde que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção, independentemente de sua contribuição à seguridade social.
 - (B) 50% do valor de um salário mínimo de benefício mensal, desde que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção, independentemente de sua contribuição à seguridade social.
 - (C) um salário mínimo de benefício mensal, desde que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção e desde que tenha contribuído por no mínimo um ano com a seguridade social.
 - (D) um salário mínimo de benefício mensal, independentemente de comprovação da capacidade de prover à sua manutenção e de contribuição à seguridade social.
 - (E) 50% de um salário mínimo de benefício mensal, independentemente de comprovação da incapacidade de prover à própria manutenção, desde que comprovada contribuição à seguridade social por no mínimo cinco anos.
-
17. Segundo previsão expressa da Lei nº 10.098/2000, o acompanhante é aquele que
- (A) foi indicado como guardião da pessoa com deficiência em ação judicial proposta para esse fim.
 - (B) acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.
 - (C) possui parentesco com a pessoa com deficiência, representando-a junto aos serviços públicos.
 - (D) foi constituído curador da pessoa com deficiência, representando-a judicialmente.
 - (E) é contratado ou disponibilizado à pessoa com deficiência como seu cuidador, representando-o junto aos serviços de saúde.
-
18. A coordenação superior dos assuntos, ações governamentais e medidas referentes a pessoas com deficiência, segundo o previsto na Lei nº 7.853/1989, caberá
- (A) à Secretaria de Desenvolvimento Social da Presidência da República.
 - (B) à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.
 - (C) ao Ministério do Desenvolvimento Social.
 - (D) ao Ministério da Justiça.
 - (E) ao Conselho Nacional de Assistência Social.

Legislação e Ética no Serviço Público

19. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 dias, sem prejuízo da remuneração. Ocorrendo o término desses 60 dias,
- (A) deverá o servidor retornar ao serviço imediatamente, ainda que não concluído o processo.
 - (B) o afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.
 - (C) o afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, exceto se o processo não tiver sido concluído, hipótese em que poderá ser prorrogado pelo prazo máximo de 180 dias.
 - (D) deverá o servidor retornar ao serviço imediatamente, exceto se o processo não tiver sido concluído, hipótese em que o afastamento poderá ser prorrogado pelo prazo máximo de trinta dias.
 - (E) o afastamento poderá ser prorrogado por mais 180 dias, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.
-
20. De acordo com a Lei nº 8.429/1992, constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo público efetivo na Administração Indireta, especificamente,
- (A) liberar recursos de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.
 - (B) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
 - (C) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
 - (D) agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.
 - (E) exercer atividade de consultoria para pessoa jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito do Trabalho**

21. Considere as seguintes situações hipotéticas: Henrique e Bruno são empregados da Lanchonete "R" Ltda. Em razão da prática de crimes diversos alheios ao ambiente de trabalho, ambos estão sendo processados criminalmente, mas continuam trabalhando normalmente, não faltando injustificadamente ao serviço. Esta semana a sentença penal condenatória de ambos transitou em julgado e Henrique terá que cumprir pena em regime inicial fechado, já Bruno foi condenado a pena de reclusão mas com suspensão da execução da pena. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a empregadora
- (A) poderá rescindir por justa causa ambos os contratos de trabalho em razão do trânsito em julgado das sentenças penais condenatórias.
 - (B) poderá rescindir por justa causa apenas o contrato de trabalho de Henrique.
 - (C) não poderá rescindir por justa causa nenhum dos contratos de trabalho, uma vez que não se trata de hipótese legal autorizadora da rescisão contratual nesta modalidade.
 - (D) poderá rescindir por justa causa o contrato de trabalho tanto de Henrique quanto de Bruno, uma vez que por terem cometido crimes configuram ato de improbidade, bem como mau procedimento, condutas autorizadoras da rescisão contratual nesta modalidade.
 - (E) não poderá rescindir por justa causa nenhum dos contratos de trabalho, uma vez que são hipóteses específicas que caracterizam interrupção contratual.
-
22. Silvana, estudante de direito, está muito interessada nas modificações introduzidas na Consolidação das Leis do Trabalho através da Lei nº 13.467/2017, lendo diariamente todas as notícias de jornais e revistas para debatê-las com o seu pai, grande empresário do ramo alimentício. Assim, ela verificou importantes mudanças relativas ao tempo de deslocamento do empregado até o seu local de trabalho, afirmando ao seu pai que, após a mudança legislativa, o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno,
- (A) por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, será computado na jornada de trabalho, por ser considerado tempo à disposição do empregador, excetuando-se o tempo despendido caminhando.
 - (B) caminhando ou por qualquer meio de transporte, exceto o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.
 - (C) caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, será computado na jornada de trabalho, por ser considerado tempo à disposição do empregador.
 - (D) caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.
 - (E) por qualquer meio de transporte, exceto o fornecido pelo empregador, será computado na jornada de trabalho, por ser considerado tempo à disposição do empregador, excetuando-se o tempo despendido caminhando.
-
23. Cândida, Felícia e Gilberto são empregados da empresa "AL". Todos os dias, Cândida, Felícia e Gilberto chegam na empresa aproximadamente quinze minutos antes do início da jornada de trabalho. Durante esse período, Cândida alimenta-se com o seu café da manhã; Felícia estuda para o curso de alemão que está fazendo e Gilberto utiliza o tempo para colocar o uniforme, mesmo não sendo obrigatória a realização da troca na empresa, uma vez que não se sente confortável em usar o uniforme em seu trajeto. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, NÃO se considera tempo à disposição do empregador, não computando, portanto, como período extraordinário, o mencionado tempo gasto por
- (A) Cândida para alimentação e Gilberto para troca de roupa, apenas.
 - (B) Cândida para alimentação e Felícia para estudo, apenas.
 - (C) Cândida para alimentação, Felícia para estudo e Gilberto para troca de roupa.
 - (D) Felícia para estudo e Gilberto para troca de roupa, apenas.
 - (E) Felícia para estudo, apenas.
-
24. Com relação às férias, considere:
- I. Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.
 - II. É vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.
 - III. A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado, sendo que os membros de uma família, que trabalharem no mesmo estabelecimento ou empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço.
 - IV. Os empregados maiores de 60 anos de idade, gozarão das férias sempre de uma só vez, assim, como o empregado estudante, menor de 18 anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.
- De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.



25. Camila e Soraya são estudantes, trabalham em sindicatos e são muito interessadas na legislação trabalhista. Vizinhas, frequentemente se reúnem para tomar um café e colocar a conversa em dia. No último encontro, as amigas começaram a discutir sobre as recentes mudanças ocorridas na Consolidação das Leis do Trabalho e sobre as Comissões de Conciliação Prévia. Camila afirmou corretamente para Soraya que as recentes mudanças ocorridas na Consolidação da Leis do Trabalho
- (A) não alteraram as disposições legais referentes à Comissão de Conciliação Prévia e o mandato dos seus membros, titulares e suplentes continua sendo de dois anos, vedada a recondução.
 - (B) não alteraram as disposições legais referentes à Comissão de Conciliação Prévia, que é instituída no âmbito da empresa sendo composta de, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros.
 - (C) alteraram as disposições legais referentes à Comissão de Conciliação Prévia e o mandato dos seus membros, titulares e suplentes passou a ser de dois anos, permitida uma única recondução.
 - (D) alteraram as disposições legais referentes à Comissão de Conciliação Prévia, sendo vedada a dispensa dos representantes dos empregados membros da Comissão, titulares e suplentes, até três meses após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave.
 - (E) não alteraram as disposições legais referentes à Comissão de Conciliação Prévia sendo que haverá na Comissão dois suplentes para cada representante titular.

Noções de Direito Processual do Trabalho

26. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro,
- (A) não incluso esse último dia, suspende-se, sendo permitida a realização de audiências e sessões de julgamento durante tal lapso de tempo.
 - (B) inclusive, interrompe-se, sendo que durante tal lapso de tempo, não se realizarão audiências nem sessões de julgamento.
 - (C) inclusive, interrompe-se, sendo que durante tal lapso de tempo, é permitido que sejam realizadas audiências e sessões de julgamento.
 - (D) inclusive, suspende-se, sendo que durante tal lapso de tempo, não se realizarão audiências nem sessões de julgamento.
 - (E) não incluso esse último dia, interrompe-se, sendo vedada a realização de audiências e sessões de julgamento durante o prazo suspenso.
-
27. Na hipótese da disponibilização de sentença na sexta-feira, com publicação na segunda-feira e não havendo qualquer feriado ou ausência de expediente durante o prazo recursal, o último dia de prazo para a interposição de Recurso Ordinário será
- (A) sexta-feira da semana da publicação.
 - (B) quarta-feira da semana seguinte à da publicação.
 - (C) terça-feira da semana seguinte à da publicação.
 - (D) segunda-feira da semana seguinte à da publicação.
 - (E) quinta-feira da semana seguinte à da publicação.
-
28. Na reclamação trabalhista "V" o valor da causa é R\$ 100.000,00. Durante a tramitação processual, as partes celebraram um acordo no valor total de R\$ 70.000,00, convencionando que as custas processuais serão pagas pela empresa reclamada. Neste caso, as custas processuais devida pela empresa é de
- (A) 2% sobre o valor da causa.
 - (B) 2% sobre o valor do acordo.
 - (C) 1% sobre o valor do acordo.
 - (D) 1% sobre o valor da causa.
 - (E) 3% sobre o valor da causa.



29. Márcio, advogado, teve o seu contrato de trabalho rescindido pela sua empregadora a empresa "A". Em razão do recebimento de valor menor que o devido, Márcio ajuizou reclamação trabalhista, advogando em causa própria. Neste caso, no tocante aos honorários de sucumbência da mencionada reclamação trabalhista, sobre o valor que resultar da liquidação da sentença do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa,
- (A) em caso de procedência total do pedido, serão devidos honorários de sucumbência a Márcio, ainda que esteja atuando em causa própria, sendo fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 15%.
 - (B) mesmo em caso de procedência total do pedido, não serão devidos honorários de sucumbência a Márcio porque o mesmo está atuando em causa própria.
 - (C) na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, podendo ocorrer a compensação entre os honorários.
 - (D) em caso de procedência total do pedido, serão devidos honorários de sucumbência a Márcio, ainda que esteja atuando em causa própria, sendo fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 20%.
 - (E) em caso de procedência total do pedido, serão devidos honorários de sucumbência a Márcio, ainda que esteja atuando em causa própria, sendo fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 15%.

30. A Lei nº 11.419/2006, que regulamenta a informatização do Processo Judicial, dispõe que
- (A) consideram-se realizados os atos processuais por meio eletrônico às 23 horas e 59 minutos do dia do seu envio ao sistema do Poder Judiciário, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico.
 - (B) considera-se meio eletrônico, para fins específicos da referida lei, toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores.
 - (C) os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 10 dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.
 - (D) no processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, exceto da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico, na forma da referida Lei.
 - (E) quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de citação, intimação ou notificação, esses atos processuais poderão ser praticados segundo as regras ordinárias, digitalizando-se o documento físico, sendo, porém, vedada posteriormente sua destruição.

Noções de Direito Constitucional

31. O entendimento jurídico segundo o qual o limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face da Constituição Federal quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido decorre
- (A) do princípio constitucional da igualdade.
 - (B) do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.
 - (C) do princípio constitucional da legalidade.
 - (D) dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, que constituem fundamento da República Federativa do Brasil.
 - (E) da liberdade constitucional de exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
32. A Constituição Federal assegura a liberdade de religião como direito individual fundamental,
- (A) mas sujeita o exercício dos cultos religiosos à prévia autorização administrativa, salvo se praticados em locais abertos ao público.
 - (B) mas não permite a prestação de assistência religiosa nas entidades militares de internação coletiva por razões de segurança.
 - (C) mas não permite que seja invocada pelo indivíduo para que se exima de obrigação legal imposta a todos, não lhe garantindo a opção pelo cumprimento de obrigação alternativa em caso de recusa por motivo religioso.
 - (D) mas exige prévia autorização administrativa para que seja exercida coletivamente em locais abertos ao público, para que não seja prejudicado o exercício de outras liberdades.
 - (E) permitindo, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa em hospitais públicos.



33. De acordo com o sistema de repartição de competências previsto na Constituição Federal,
- (A) é vedado aos Municípios suplementar a legislação federal e estadual, ainda que para atender ao interesse local.
 - (B) cabe aos Estados estabelecer os requisitos dos contratos de trabalho firmados em seus territórios.
 - (C) cabe à União, aos Estados e aos Municípios legislar em regime de concorrência sobre todas as matérias.
 - (D) cabe aos Estados legislar, privativamente, sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais.
 - (E) cabe aos Estados o exercício das competências que não lhes sejam vedadas, além de outras enumeradas pela Constituição, como a exploração, direta ou mediante concessão, dos serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.
-
34. Servidor público com 31 anos de idade, nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, pretende candidatar-se ao cargo de Governador do Estado. Considerando que o servidor contará com três anos e sete meses de efetivo exercício por ocasião do pleito eleitoral,
- (A) não poderá candidatar-se, salvo se exonerar-se do cargo público, visto que ainda não terá completado o tempo necessário para a aquisição da estabilidade no cargo.
 - (B) poderá candidatar-se, mas ficará afastado de seu cargo efetivo enquanto durar o mandato eletivo, contando-se o seu tempo de serviço nesse período para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
 - (C) poderá candidatar-se, sendo-lhe facultado exercer o cargo efetivo e o mandato eletivo concomitantemente, desde que haja compatibilidade de horários, situação em que perceberá as vantagens de ambos os cargos.
 - (D) poderá candidatar-se, mas ficará afastado de seu cargo efetivo enquanto durar o mandato eletivo, devendo perder seu cargo público efetivo, no entanto, caso fique afastado por mais de dez anos para o exercício de mandato eletivo.
 - (E) não poderá candidatar-se, por não ter preenchido o requisito de elegibilidade quanto à idade mínima, que, para esse cargo eletivo, é de 35 anos.

Noções de Direito Administrativo

35. Dentre os atributos dos atos administrativos, a autoexecutoriedade não está sempre presente, assim como
- (A) a presunção de veracidade, já que somente os atos administrativos constitutivos de direito assim a demandam.
 - (B) a legalidade não está presente nos decretos autônomos, porque não dependem da existência de norma prévia à regulamentação.
 - (C) não está presente em todos os atos que configuram expressão do poder de polícia, este que também pode possuir caráter preventivo.
 - (D) a imperatividade só se mostra presente nos atos administrativos para os quais haja expressa previsão de publicidade, sem o quê não há imposição de efeitos externos.
 - (E) não há que se falar em legalidade quando da atuação discricionária de polícia por parte da Administração pública, considerando que a previsão em lei é prescindível.
-
36. Servidor que lança mão de seu cargo para viabilizar acesso a informações privilegiadas referentes a concurso público
- (A) comete ato de improbidade, na modalidade que gera enriquecimento ilícito, dispensado, portanto, dolo para sua configuração.
 - (B) incide em ato de improbidade que gera prejuízo ao erário, ainda que não comprovados referidos danos, porque presumidos pela gravidade da conduta.
 - (C) incide em ato de improbidade que gera prejuízo ao erário, sendo indispensável a prova do dolo no cometimento da ação antijurídica.
 - (D) comete ato de improbidade se o faz dolosamente, elemento subjetivo essencial à configuração de todas as modalidades de conduta impropria.
 - (E) incide em ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração, que exige prova de dolo, ainda que este elemento subjetivo não venha a ser imprescindível para a responsabilização do servidor em outras esferas.



37. A contratação de serviços de vigilância ou de limpeza possui em comum a
- (A) possibilidade de prorrogação dos contratos por prazos iguais e sucessivos, independente de limites, desde que demonstrado que os valores praticados são compatíveis com os praticados no mercado.
 - (B) possibilidade de contratação mediante realização de pregão, dada sua natureza comum e possibilidade de descrição objetiva das atividades necessárias.
 - (C) obrigatoriedade do prazo de contratação não exceder um exercício financeiro, salvo se houver comprovação, por ocasião da licitação, da efetiva existência de recursos para fazer frente às despesas de todos os anos de vigência.
 - (D) impossibilidade de contratação mediante dispensa de licitação, admitida apenas a inexigibilidade do certame nos casos de singularidade dos serviços a serem contratados.
 - (E) configuração da natureza jurídica de contrato administrativo, não incidindo, contudo, as prerrogativas da Administração inerentes aos ajustes daquela natureza, como possibilidade de rescisão administrativa unilateral.

Noções de Gestão Pública

38. Entre as ferramentas que podem ser utilizadas na gestão de processos, notadamente na fase de mapeamento, com o objetivo de traduzir, graficamente, as etapas dos processos da organização, com as entradas (inputs) e saídas (outputs) correspondentes, insere-se
- (A) a escala gráfica.
 - (B) o organograma.
 - (C) o fluxograma.
 - (D) a cadeia escalar.
 - (E) a matriz SWOT.

39. No que concerne aos indicadores de desempenho da atuação da Administração Pública na busca da excelência, tem-se que
- I. a eficiência está atrelada ao uso racional e econômico dos insumos disponíveis para a produção de bens ou serviços.
 - II. a efetividade é expressão do atingimento dos objetivos fixados e dos resultados almejados pela sociedade com a atuação da Administração.
 - III. a eficácia é uma medida de natureza estritamente financeira, usada no acompanhamento da execução orçamentária e financeira.

Esta correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
 - (B) I.
 - (C) II.
 - (D) II e III.
 - (E) I e III.
40. De acordo com o disposto pela Resolução 49 do Conselho Nacional de Justiça,
- (A) o núcleo de estatística e gestão estratégica deve ser constituído em cada Tribunal, como órgão de duração temporária, vinculado ao planejamento estratégico estabelecido pelo CNJ.
 - (B) o núcleo de estatística e gestão estratégica configura órgão da estrutura do Conselho Nacional de Justiça, que fixa diretrizes de política judiciária, de natureza vinculante para os Tribunais.
 - (C) cabe a cada Tribunal definir a pertinência de instituir, como órgão próprio, núcleo de estatística e gestão estratégica, podendo optar por utilizar, para a mesma finalidade, dados de outras fontes oficiais.
 - (D) o levantamento de dados estatísticos de cada Tribunal deve ser consolidado com periodicidade mínima de 3 anos e encaminhado ao CNJ para validação pelo núcleo de estatística e gestão estratégica.
 - (E) cada Tribunal deve instituir seu próprio núcleo de estatística e gestão estratégica, como órgão de natureza permanente, para auxiliar o Tribunal no processo de racionalização institucional.

**Noções de Direitos Humanos**

41. Considere os seguintes tópicos da Constituição Federal do Brasil:
- I. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.
 - II. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República.
 - III. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.
 - IV. É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
 - V. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado.

Dispõem a respeito de Direitos Humanos os indicados APENAS em

- (A) I, III e IV.
 - (B) II, III e V.
 - (C) I, II, IV e V.
 - (D) I, III, IV e V.
 - (E) III e IV.
-
42. Conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU,
- (A) a instrução elementar não será obrigatória, mas será gratuita.
 - (B) não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da sentença, for aplicável ao ato delituoso.
 - (C) todo ser humano tem direito a férias periódicas, que poderão não ser remuneradas.
 - (D) ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.
 - (E) as crianças nascidas dentro e fora do matrimônio gozarão de proteção social diferenciada.
-
43. De acordo com a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica),
- (A) a pena pode passar da pessoa do delinquente.
 - (B) não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.
 - (C) os menores, quando puderem ser processados, devem cumprir a pena juntamente com os adultos.
 - (D) as penas privativas de liberdade devem ter por finalidade essencial segregar o criminoso do meio social.
 - (E) a pena de morte pode ser aplicada por delitos comuns conexos com delitos políticos.

Noções de Direito Penal

44. A respeito do estado de necessidade e da legítima defesa, é correto afirmar que
- (A) o excesso culposo é incompatível com o instituto do estado de necessidade.
 - (B) a legítima defesa pode ser arguida por quem repele agressão pretérita, desde que injusta.
 - (C) quem tem o dever legal de enfrentar o perigo não pode alegar estado de necessidade.
 - (D) a agressão a direito de outrem não possibilita o exercício da legítima defesa.
 - (E) a omissão injusta não pode configurar agressão passível de repulsa através da legítima defesa.
-
45. José aproximou-se de um turista estrangeiro e, dizendo falsamente ser funcionário da companhia de aviação, se dispôs a tomar conta da sua bagagem, enquanto o mesmo dirigia-se ao balcão de informações, aproveitando-se disso para apossar-se de alguns valores que estavam no interior da mala. Nesse caso, ficou configurado o delito de
- (A) disposição de coisa alheia como própria.
 - (B) estelionato.
 - (C) apropriação indébita.
 - (D) roubo.
 - (E) furto qualificado pela fraude.



46. Arquimedes, funcionário público, estando em gozo de férias, exigiu de Peterson a quantia de R\$ 50.000,00 para não devassar a escrituração de sua empresa e autuá-lo por sonegação de impostos, quando reassumir seu cargo de fiscal de rendas. Arquimedes
- (A) cometeu crime de corrupção passiva.
 - (B) cometeu crime de corrupção ativa.
 - (C) cometeu crime de concussão.
 - (D) cometeu crime de prevaricação.
 - (E) não cometeu nenhum delito porque estava em gozo de férias.

Noções de Direito Processual Penal

47. A autoridade policial
- (A) está obrigada, durante a tramitação do inquérito policial, a realizar qualquer diligência que for requerida pelo indiciado, objetivando demonstrar a sua inocência.
 - (B) somente poderá proceder a inquérito policial, nos crimes de ação pública, se houver representação da vítima ou de quem tiver qualidade para representá-la.
 - (C) deverá, se ordenar o arquivamento de inquérito policial já instaurado, comunicar a decisão ao juiz no prazo de 24 horas.
 - (D) passará a presidência do inquérito policial ao Ministério Público se, após 30 dias contados da data do delito, não tiver esclarecido a autoria.
 - (E) poderá, se o arquivamento do inquérito policial tiver sido ordenado pela autoridade judiciária, proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

-
48. A respeito da prisão em flagrante, avalie as seguintes afirmações:

- I. Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- II. O juiz de direito não pode presidir o auto de prisão em flagrante, função que é privativa da autoridade policial.
- III. A falta de testemunhas da infração penal impede a lavratura do auto de prisão em flagrante.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) I e II.
 - (D) I e III.
 - (E) II e III.
-
49. A respeito das atividades de Segurança Institucional no âmbito da Justiça do Trabalho, de acordo com a Resolução CSJT nº 175, de 21 de outubro de 2016, é correto afirmar que
- (A) os servidores que atuam na área de Segurança Judiciária deverão usar uniformes no exercício de suas funções ou fora dela.
 - (B) é considerada atividade de Segurança Judiciária, no âmbito dos órgãos integrantes da Justiça do Trabalho, executar ações de prevenção e combate a incêndio e outros sinistros de qualquer natureza, bem como atendimento a primeiros socorros.
 - (C) não é considerada atividade de Segurança Judiciária, no âmbito dos órgãos integrantes da Justiça do Trabalho, auxiliar na escolta de presos nas dependências do Tribunal.
 - (D) é considerada atividade típica de Segurança a condução de veículos em missão oficial realizada por funcionários terceirizados.
 - (E) não é considerada atividade de Segurança Judiciária, no âmbito dos órgãos integrantes da Justiça do Trabalho, conduzir, utilizando técnicas de segurança e prevenção, veículos em missão oficial.



50. A respeito do porte de arma de fogo funcional dos servidores em função de segurança no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, considere os seguintes documentos:
- I. Habilitação em curso específico para utilização de arma de fogo, promovido por estabelecimento de ensino de atividade policial, forças armadas ou cursos credenciados, nos termos da legislação vigente.
 - II. Autorização para o porte de arma de fogo.
 - III. Distintivo regulamentado pelo Tribunal.
 - IV. Laudo conclusivo de aptidão psicológica emitido pelo Departamento da Polícia Federal ou por profissional ou entidade credenciados.
 - V. Identidade funcional.

De acordo com a Resolução CSJT nº 203, de 25 de agosto de 2017, quando o Agente de Segurança estiver portando arma de fogo, é obrigatória a posse dos documentos indicados APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, IV e V.
- (D) II, III e V.
- (E) V.

Segurança de Autoridades

51. Para o planejamento da segurança patrimonial são necessários três elementos básicos a serem protegidos que são: a segurança
- (A) das pessoas, dos materiais e dos equipamentos.
 - (B) de funcionários, da edificação e das informações como banco de dados.
 - (C) dos compartimentos internos, das partes vulneráveis e da topografia.
 - (D) ativa, passiva e das autoridades responsáveis.
 - (E) dos acessos, dos materiais e das vidas.

52. A composição do diagrama de Ishikawa considera que as causas do problema em estudo podem ser classificadas em diferentes classes. São elas:
- (A) matéria-prima, equipamentos de processo, interface entre componentes, ambiente operacional e instalações e equipamentos de segurança.
 - (B) efeito, eixo central, categoria, indicadores e situação problema.
 - (C) produto, processos, sistema, serviço e *software*.
 - (D) método, matéria-prima, mão de obra, máquinas, medição e meio ambiente.
 - (E) fonte geradora, identificação dos riscos, falhas humanas, potencial de danos e ações preventivas.

53. A avaliação da segurança combina a investigação de três itens básicos referentes à análise
- (A) da edificação, de acesso (entrada e saída) e de ameaças.
 - (B) do sistema de proteção, de riscos e de acidentes.
 - (C) dos custos, do ambiente e da contingência.
 - (D) de risco, de perigo e de falha humana.
 - (E) do patrimônio, das vulnerabilidades e das ameaças.

54. A proteção perimetral compreende, dentre outros,
- (A) o uso de dispositivos, como sensores infravermelhos, cercas elétricas e cabos sensores do tipo microfônico, eletromagnético ou fibra óptica.
 - (B) a proteção do ambiente natural, no nível individual, organizacional ou governamental, tanto em benefício do próprio meio ambiente como dos seres humanos.
 - (C) um sistema de vãos e vedos, como paredes, portas, janelas, telhados, que pode necessitar de defesa nas suas partes vulneráveis aos riscos considerados.
 - (D) medidas de prevenção contra incêndios, em conformidade com a legislação e as normas técnicas aplicáveis, para proporcionar melhor segurança ao empreendimento e às pessoas.
 - (E) procedimentos para identificar um incidente e notificar internamente a equipe de segurança quanto à fonte geradora que envolvem acesso não autorizado a informações sensíveis.



55. São exemplos de medidas de segurança física ativas:
- (A) os vidros e paredes blindados.
 - (B) as coberturas protegidas contra intrusão.
 - (C) os equipamentos como fechaduras e travas elétricas.
 - (D) as barreiras de alvenaria.
 - (E) a localização adequada de uma guarita.
-
56. Considere uma catraca utilizada para controle de acesso a uma edificação. Para o acesso é necessário passar um crachá específico. O sistema consulta um banco de dados, verifica se há autorização para o acesso. Caso tudo esteja correto em relação a essa autorização, libera o acesso pela catraca. Esse processo representa um caso de medida de segurança
- (A) ativa, porque o sistema atua de forma automática e programada de acordo com a ocorrência identificada.
 - (B) ativa, porque é estática e não atuam de forma automática.
 - (C) ativa, porque requer a ação humana para sua atuação.
 - (D) passiva, porque reage automaticamente a um evento, não requerendo a ação humana.
 - (E) passiva, porque reage à violação do espaço de forma automática.
-
57. Em um processo de gerenciamento de riscos, a utilização da matriz SWOT é adequada para
- (A) construção de um diagrama de causa e efeito onde, por meio da apresentação gráfica em forma de espinha de peixe, possa conhecer os aspectos que devem ser eliminados para evitar o efeito negativo.
 - (B) realizar uma análise de ambientes internos e externos, onde consideram-se os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças na elaboração de estratégias para otimização do desempenho dos sistemas de segurança.
 - (C) planejar ações de segurança por meio da priorização que considera a gravidade, urgência e tendência dos itens envolvidos no problema em análise.
 - (D) construção de cronogramas que considerem os espaços (*spaces*), trabalhos (*work*), opções (*options*) e treinamentos (*training*) de segurança para minimização dos riscos.
 - (E) desenhar processos por meio do relacionamento de passos e atividades no sentido de otimizar os caminhos e eliminar riscos.
-
58. A atividade de inteligência que consiste nas ações efetivas de combate militar, perseguição e busca por criminosos, enfrentamento e prevenção de ilícitos é caracterizada como de natureza
- (A) regular.
 - (B) tática.
 - (C) estratégica.
 - (D) política.
 - (E) operacional.
-
59. Um indivíduo criou uma situação nova, pendente a lide, sem razão de direito, lesiva a uma pessoa que exercia função pública de forma transitória e sem remuneração, de natureza civil. Conceitualmente, esse indivíduo cometeu
- (A) risco à autoridade.
 - (B) abuso de autoridade.
 - (C) atentado à autoridade.
 - (D) risco de atentado.
 - (E) atentado de inteligência.
-
60. Para proteção física de um cofre foram criadas barreiras físicas sucessivas em torno desse bem, com o intuito de impedir o acesso não autorizado. Foram construídas três barreiras, de forma que, caso o agressor consiga ultrapassar uma delas, encontre outro obstáculo que impeça e desestime sua progressão. Essa proteção está baseada no princípio da teoria conhecida como
- (A) tríplice seguro.
 - (B) triplo sucessor.
 - (C) análise SWOT.
 - (D) círculos concêntricos.
 - (E) *triple firewall*.

**PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

De acordo com o Edital nº 01/2018 de Abertura de Inscrições, capítulo 10, itens: 10.2 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral. 10.3.4 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.3.5 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 10.3.1 – **Conteúdo**, 10.3.2 – **Estrutura** e 10.3.3 – **Expressão**. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g) estiver em branco; h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; i) não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.3.6 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.3.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.3.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

I

Numa era de intensa mobilidade humana, o discurso xenófobo esconde o fato de que as migrações podem representar ganhos (materiais e imateriais) para o desenvolvimento de uma sociedade.

Ao contrário do revogado Estatuto do Estrangeiro, a nova Lei de Migração (13.445/2017) é fruto da constatação de que gerar entraves burocráticos na regularização migratória não reduz o deslocamento de pessoas, mas degrada as condições de vida do migrante e prejudica empresas, trabalhadores e a sociedade em geral.

(Disponível em: RAMOS, André de Carvalho. www.conjur.com.br)

II

De acordo com a Polícia Federal, em 2015 o Brasil abrigava cerca de 1,8 milhão de imigrantes. Por outro lado, o Ministério das Relações Exteriores estima que 3 milhões de brasileiros residam no exterior.

III

A grande utopia contemporânea é o respeito às diferentes culturas. No aspecto prático, a situação do imigrante é de extrema vulnerabilidade, especialmente no âmbito profissional. Não há unanimidade na aceitação prática e subjetiva das chamadas “minorias étnicas”.

(Adaptado de: PAGLIA, Gilberto Júnior. **Migração contemporânea e a proteção dos direitos humanos**. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br>)

Com base nas ideias contidas em **I**, **II** e **III**, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo, justificando seu ponto de vista.

**PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	